

Cortar a própria carne

* 7 DEZ 1993

Tarcísio Holanda

Dizem que, enquanto singrava os mares gelados numa noite escura, marchando para o abraço fatal com o **iceberg** que o partiu ao meio, o transatlântico **Titanic** irradiava pelo cenário marinho desolado seu feérico sistema de iluminação e acordes de valsas de Strauss. A tragédia sempre presente do transatlântico inglês, em que perderam a vida centenas de milionários em férias, lembra a atitude que adota a maioria dos congressistas, dispostos a resistir à idéia de cassação de mandatos, como se fosse este o caminho da sobrevivência.

Pelo contrário, essa resistência tenaz aumenta as chances de eliminação da maioria, além de colocar dramático ponto de interrogação sobre o futuro das nossas instituições democráticas. O relator-geral da CPI que investiga os escândalos do Orçamento, deputado Roberto Magalhães, reconhece que, hoje, o Congresso não aprovaria nenhuma das cassações que a Comissão viesse a propor. A entrevista do senador José Paulo Bisol, que este jornal publicou, domingo retrasado, admitindo que o número de envolvidos pudesse chegar a cem, teria despertado grande sentimento corporativista entre os deputados.

Roberto Magalhães reconhece que o Congresso poderá criar muitas dificuldades às cassações, de modo especial a Câmara dos Deputados. O ex-senador Murilo Badaró, um remanescente do que se conhecia antigamente como político mineiro, telefona de Belo Horizonte manifestando suas apreensões com o futuro político. Badaró, um veterano, acha que o Congresso acabará decepcionando a opinião pública nacional, promovendo a cassação de número insignificante de envolvidos.

A maioria dos congressistas dispõe-se a agir assim movido pelo instinto de conservação, que Badaró reconhece burro, uma vez

que ignora o olho do furacão em que todos estamos viajando. O deputado Roberto Magalhães acredita que a maioria resiste para não confirmar a declaração de Lula, que causou tanta irritação, segundo a qual existem uns 300 picaretas no Congresso.

“Você não pode imaginar o alto grau de indignação popular contra esses escândalos envolvendo a elaboração do Orçamento da União”, alertava, de Belo Horizonte, o ex-senador Murilo Badaró, observando que a cassação dos mandatos de número pequeno de parlamentares provocará uma grande decepção popular, o que certamente produzirá sérias consequências políticas, ainda de difícil previsão.

O senador José Sarney, cuja competência política nem os seus adversários negam, faz análise desconcertante sobre a conjuntura política, sustentando que o País sempre mergulhou em crise institucional quando o presidente da República não assumiu o espaço que lhe está reservado no sistema presidencialista de governo.

“O País está à deriva”, constata Sarney, atribuindo a causa dessa desorientação à indefinição do presidente Itamar Franco, que se recusa a assumir o papel de liderança que cabe a quem ocupa a Presidência da República. A omissão presidencial e mais os escândalos da CPI do Orçamento levam o ex-presidente da República a profetizar a ocorrência de graves acontecimentos “à péla frente”. Quando o Presidente deixa de assumir essa liderança, o País dá um salto no escuro.

O Congresso estará cavando a própria sepultura se se recusar a promover a depuração que a opinião pública em peso está a exigir. O instinto de conservação deve ser despertado para cortar na própria carne, e significativamente, e não para jogar a poeira debaixo do tapete, como é da tradição brasileira.